

06-02-2020

Cadê a Soberania Popular no Parque Nacional do Limpopo?

Ernesto Jorge Macaringue

[Professor de Geografia - Escola Superior de Hotelaria e Turismo /
Universidade Eduardo Mondlane - Cidade de Inhambane / Moçambique]

Não constitui dúvida para ninguém, pelo menos para os que acompanham o dia-a-dia de Moçambique, os problemas ocasionados pelas parcerias de cooperação técnica internacional com os Estados soberanos mais desenvolvidos do mundo - Grupo 8 -, e ainda, com os organismos internacionais desses países. Desde que Moçambique se tornou membro do Fundo Monetário Internacional, aumentam as narrativas de ajuda externa para reforço da capacidade produtiva interna e assistência humanitária nas zonas fustigadas pela fúria da natureza. Aliás, em todo o chão moçambicano há demandas humanitárias, isso é pura verdade. As demandas humanitárias, a isca usada, me excitam a formular a seguinte pergunta, para mim mesmo: que mal cometemos para merecer tanto sofrimento?

Construiu-se um preconceito que me preocupa muito, o de que o desenvolvimento custa caro. Esse caro ou ônus é para uns e não para todos. Cresce a ideia de que, se se quer ter, por exemplo, distribuir corrente eléctrica, água potável, estradas ou ferrovia, escolas e/ou hospitais, o caminho inevitável é sacrificar outros, através de expropriações, intimidações, mentiras, delírios.. Isto é, violência simbólica. Esses outros sacrificados são sempre os CAMPONESES – aqueles sujeitos que vivem usando directamente a terra.

Aqui o termo camponês, refere-se aos homens e mulheres que têm seus próprios meios de produção, como também aqueles que trabalham em troca de abrigo, de remuneração... Em Moçambique, o conceito de *Comunidade Local*, por razões históricas óbvias, está no vocabulário dos políticos, dos membros do governo, de académicos e de agências de desenvolvimento.

Sem nenhuma exceção, a definição usada é a que está na Lei nº 19/97 de 1 de Outubro, que diz: *“Comunidade local: agrupamento de famílias e indivíduos, vivendo numa circunscrição territorial de nível de localidade ou inferior, que visa a salvaguarda de interesses comuns através da protecção de áreas habitacionais, áreas agrícolas, sejam cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, pastagens, fontes de água e áreas de expansão”* (LEI DE TERRAS, nº 19/97). Até aqui, nós, ainda não encontramos um texto, ou algo parecido, ou ainda um áudio, um vídeo que contesta essa definição. Será que esta definição reúne consensos, tal como nos quer parecer? Se é que há consenso, será que isso tem a ver com a realidade do mundo rural moçambicano? Para nós, essa definição é a que mais sintetiza a estrutura de organização social de muitos agregados familiares – aqueles que vivem no campo.

O governo de Moçambique, juntamente com os governos da África do Sul e do Zimbabwe firmaram um acordo, a 10 de Novembro de 2000, que deu origem ao Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo (PTGL) e da Área de Conservação do Grande Limpopo. A África do Sul na nova divisão internacional de trabalho é o pivô de colonização em África. Falaremos disso em outras ocasiões. Para já nos concentremos à região do Limpopo. No século XIX, povos africanos foram divididos para a viabilização dos interesses das potências imperiais. O Império de Gaza, onde está integrado PTGL e a Área de Conservação do Grande Limpopo se estendia da margem do Zambeze até as bacias de Umbeluzi. As bacias hidrográficas do Incomati, Limpopo, que banham os territórios de África do Sul, Zimbabwe, Moçambique e o Reino de Eswatini (ex-Suazilândia) sustentavam as tribos que foram barbaramente desmembradas pelo imperialismo europeu. Hoje esses mesmos imperialistas, disfarçados em discursos de assistência técnica, realizada pelo Fundo para o Meio Ambiente Mundial, financiado pelo Banco Mundial, aconselharam, em 1996, os governos desses povos desmembrados, para a necessidade de criação da Área de Conservação do Grande Limpopo. Segundo eles, o seu objetivo era o de povoar o parque com animais selvagens (alguns em extinção), incentivar o turismo, gerar renda e levar o desenvolvimento económico para as 26 mil pessoas que habitavam o parque em 58 aldeias. Que bondade dessa gente abençoada e com elevado sentido humanitário!

Na sua missão humanitária e de promoção do desenvolvimento, os camponeses são mobilizados numa primeira fase, ou são forçados, para deixarem suas terras; porque os abençoados estão hoje mobilizados a conservar e a preservar a vida selvagem. Os discursos de mobilização para a saída “voluntária” dos camponeses levam o preconceito de que todos os camponeses das comunidades locais do Limpopo são pobres. No entanto, nas vozes de alguns ouvimos os seguintes desabafos: *“Não sou pobre! Você me chama de pobre enquanto eu tenho bois, cabritos e porcos. Me chama de pobre só porque não tenho casa de alvenaria, carros? Eu e minha família estamos bem, não somos pobres.”* A responsabilidade para a “relocalização” das famílias para uma zona de segurança era do governo de Moçambique. Nesses locais eles teriam terra para o seu cultivo de subsistência, água, escolas, postos de saúde e energia eléctrica. Isso está longe de acontecer.

Em muitos casos de “relocalização” as famílias tornaram-se pobres de verdade. ■ ■ ■

Saiba mais em:

■ <https://www.youtube.com/watch?v=hLJ7jCBWhg>

■ https://www.youtube.com/watch?v=-J_dh51sfKk

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.